

Planejamento e Execução de Operações ARP e Imageamento

OBJETIVO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Referência: Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).

IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador

Polícia Federal

Operador

Polícia Federal

Encarregado

DPF Rinaldo de Souza

E-mail Encarregado

cgge@pf.gov.br

Telefone Encarregado

(61) 2024-8527

FINALIDADE DO TRATAMENTO

Garantir que os drones, pilotos e operadores estejam cadastrados junto aos órgãos reguladores atendendo legislação vigente e obrigação do órgão junto a ANAC e DECEA.

Os resultados pretendidos para o titular de dados são: Cumprir regulamentação para a utilização e operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas - RPA classe 3, com peso máximo de decolagem inferior a 25Kg, no âmbito da Polícia Federal.

Os benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo são: Executar de maneira satisfatória a MISSÃO AÉREA DE SEGURANÇA PÚBLICA, de caráter policial ou de defesa civil, que tem por finalidade o cumprimento da missão atribuída a Polícia Federal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A hipótese legal para tratamento de dados pessoais é o art. 4º, inciso III, alíneas a) e d) da LGPD.

A necessidade do tratamento de dados desse processo é respaldada pela previsão legal constante no Artigo 144, §1º da Constituição Federal, Código de Processo Penal, Lei nº. 12.850/2013 Lei nº. 12.830/2013.